



CONSCIÊNCIA E EXPERIÊNCIA NO EMPIRISMO RADICAL DE WILLIAM JAMES

Francisco de Assis Razzo

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
São Paulo, SP – Brasil.
franciscorazzo@gmail.com

Resumo: Este estudo tem como objetivo desenvolver uma reflexão a respeito da relação entre as concepções de consciência e experiência no âmbito da epistemologia e da metafísica do empirismo radical, do filósofo norte-americano William James (1842-1910). A proposta é investigar nos ensaios *A 'Consciência' Existe?* [*Does "Consciousness" Exist?*] (1904) e *Um Mundo de Experiência Pura* [*A World of Pure Experience*] (1904) as dimensões filosóficas da noção de consciência como função do conhecimento na experiência, a fim de compreender os fundamentos, a gênese e os desdobramentos do seu empirismo radical como metafísica pluralista, e o sentido da superação do dualismo "mente e matéria" e das explicações reducionistas a respeito da consciência, enfrentadas por James nesses e em outros ensaios no contexto do desenvolvimento do seu pragmatismo. Evidentemente, não se espera resolver todos os problemas aqui propostos, mas marcar os pontos de apoio a partir dos quais o estudo será desenvolvido.

Palavras-Chave: William James. Pragmatismo. Consciência. Empirismo Radical. Experiência Pura.

CONSCIOUSNESS AND EXPERIENCE IN WILLIAM JAMES'S RADICAL EMPIRICISM

Abstract: *The aim of this study is to develop a reflection upon the relation between the conceptions of consciousness and experience in the domain of epistemology and metaphysics of the radical empiricism of the North American philosopher William James (1842-1910). The proposal is to investigate in the essays "Does 'Consciousness' Exist?" (1904) and "A World of Pure Experience" (1904) the philosophical dimensions of the notion of consciousness as a function of knowledge in the experience, in order to understand the fundamentals, genesis and unfolding of his radical empiricism as a pluralistic metaphysics, and the meaning of the act of overcoming the dualism "mind and matter" and the reductionist explanations concerning consciousness, faced by James on these and other essays in the context of the development of his pragmatism. Obviously, it is not expected to solve all problems proposed here, but to establish the supporting points through which the study will be developed.*

Key-words: *William James. Pragmatism. Consciousness. Radical Empiricism. Pure Experience.*

* * *

Introdução

Ao tomar como princípio orientador a ideia de que a filosofia tem como uma de suas finalidades resgatar a realidade encoberta por formas de ideologia, por um

vocabulário gasto e dogmático, talvez a melhor maneira de retomar o contato com a realidade seja, justamente, estudar a obra de pensadores que ainda não a perderam, ou estavam empenhados em recuperá-la (Cf. VOEGELIN, 2008, p.139). William James é, sob esse aspecto, um filósofo incontornável, precisamente por preencher tal quesito. Sua obra é um esforço constante e monumental em busca da experiência genuína da realidade e da restauração e construção de categorias fundamentais, como exige toda atividade filosófica empenhada e comprometida com a verdade da realidade.

É nesse sentido que o estudo sobre a *consciência* e sua relação com a questão da *experiência* no desenvolvimento da filosofia do empirismo radical de James fornece um ponto consistente de apoio a partir do qual é possível resgatar o contato com um todo real, perdido justamente quando se vive em meio a reducionismos de todos os tipos.

Para William James, a filosofia deve proporcionar uma visão de mundo (*Weltanschauung*) cujo propósito principal é esse resgate direto e mais intimista da realidade, e, conseqüentemente, a superação de reducionismos, constituindo-se num “empirismo radical”. Em seu ensaio *A ‘Consciência’ existe?* [*Does “Consciousness” Exist?*] (1904), publicado postumamente na coletânea que leva o nome de *Ensaio em Empirismo Radical* [*Essay in Radical Empiricism*] (1912), William James apresenta, pela primeira vez e de maneira radical e incisiva, os resultados de sua análise pragmática no que concerne à investigação filosófica a respeito da consciência inserida no contexto da sua metafísica empirista radical.

Nesse ensaio, William James propõe a importante tese de que a “consciência” não representa uma entidade substancial, ou seja, propõe que a “consciência” não existe ou possua qualquer estatuto ontológico, cartesianamente falando. É preciso considerar que tal concepção proposta por William James deve ser lida sob a perspectiva da interpretação histórica e filosófica de sua obra, como a culminação do desenvolvimento de uma aguda reflexão à luz de uma metodologia – *pragmatismo* – e uma teoria da verdade comprometida com o pragmatismo a respeito do problema da consciência e da realidade.

William James debateu-se, ao longo de sua obra, com o problema do dualismo de substância, ou seja, os tradicionais problemas da relação entre “mente e corpo”, “sujeito e objeto”, “espírito e matéria”, e desconfiou da existência da consciência como uma entidade substancial (JAMES, 1904, p. 1141). Seu método pragmático, cujo ponto alto é sua filosofia do empirismo radical, resultou em uma das mais interessantes e provocadoras concepções filosóficas da natureza da consciência, a qual despertou a atenção de filósofos da envergadura de Henri Bergson e Eric Voegelin. Segundo sua análise, a consciência não existe como entidade metafísica, mas representa ou, mais precisamente, é o nome da função do conhecimento na experiência. Este estudo investiga justamente os critérios fundamentais, as dimensões e os impasses filosóficos enfrentados por William James ao propor tal concepção.

1. Intimidade e temperamento: critérios para uma filosofia

Os principais critérios do que William James compreende por uma filosofia mais adequada, ou seja, quais os pressupostos fundamentais que o orientam na caracterização da sua própria filosofia empiricamente radical e espiritualmente

pluralista podem ser apresentados mediante a leitura combinada de pelo menos dois importantes textos: *Os Tipos de Pensamento Filosófico* [*The Types of Philosophic Thinking*], publicado na coletânea de conferências intitulada *Um Universo Pluralista: sobre a situação atual na filosofia* (1909), e *O Atual Dilema da Filosofia* [*The Present Dilemma in Philosophy*], publicado na coletânea *Pragmatismo* [*Pragmatism*] (1907).

Um dos grandes méritos de William James é a tentativa de superar a ideia de racionalidade como único centro onde a vida intelectual e filosófica deve operar e, a partir disso, estabelecer critérios para uma filosofia ser tomada como adequada e pragmaticamente eficiente, sem aderir, justamente, a algum tipo irrestrito de irracionalismo. Não obstante, tal empreendimento corra todos os riscos de ser acusado, injustamente, de subjetivismo ou psicologismo, James procura, ao estabelecer novos critérios, resolver o problema dos pressupostos filosóficos mais elementares que engendram visões completas, porém totalmente dicotômicas ou diametralmente opostas de mundo (Racionalismo/Empirismo, Materialismo/Idealismo, Monismo/Pluralismo, Teísta/Panteísta, Dogmatismo/Ceticismo, etc.), e procura fazer isso recorrendo a uma análise pragmaticamente cuidadosa – isto é, que leve em consideração as consequências experienciáveis e não puramente explicações psicológicas ou genéticas – do ponto de partida donde tais pressupostos são engendrados; a saber: o caráter humano e mais íntimo do temperamento de um homem, ou, no caso, do filósofo, como centro de irradiação de tais experiências.

No entender de James, toda história da filosofia nada mais é do que o embate de tais temperamentos, afinal, não são as ideias, por si mesmas e independentes das mentes que as concebem, que entram em conflito, antes o conflito se dá sempre na vida interior de um homem concreto.

A história da filosofia é, em grande parte, a de uma certa colisão de temperamentos humanos. Indigno que possa parecer a alguns de meus colegas um tal tratamento, terei que levar em conta esses choques e explicar por seu intermédio grande parte das divergências filosóficas. Qualquer que seja o temperamento de um filósofo profissional, trata, quando filosofando, de encobrir o fato de seu temperamento. O temperamento não é a razão convencionalmente admitida, com o que lança mão das razões impessoais somente para as conclusões. Seu temperamento, contudo confere-lhe distorção mais forte do que qualquer de suas premissas mais objetivas. Sobrecarrega-lhe a evidência desse modo ou de outro, estabelecendo uma visão mais sentimental ou mais realista do universo. Confia em seu temperamento. Necessitando de um universo que se lhe adapte, acredita em qualquer representação que se lhe adapta. Sente que os homens de temperamento opostos estão fora de sintonia com o caráter do mundo, e em seu íntimo considera-os incompetentes e “por fora” do negócio filosófico (JAMES, 1987, p.488).

Ainda que tal critério possa parecer “indigno” diante da exigência de objetividade da comunidade científica, James não demonstra nenhuma disposição em abrir mão de como divergências filosóficas podem ser explicadas e, conseqüentemente, resolvidas à luz dessa investigação.

Não cabe aqui um tratamento mais detalhado a respeito das possíveis misturas dos temperamentos e dos contrastes de tais filosofias delineados pela

análise de James, mas é fundamental, neste momento, compreender que, para ele, toda filosofia, ou toda construção de uma visão de mundo, é derivada como analogia de experiências próprias do caráter de um homem, uma vez que as experiências são a matéria prima, o estofado ou arcabouços disponíveis a partir das quais se engendram e é tecida uma visão de mundo, no qual o temperamento é a expressão da própria intimidade do homem em busca de repouso em um mundo que lhe é familiar. Porém, se a análise do temperamento não parece conferir suporte objetivo à investigação filosófica, abrindo brechas a um irrestrito subjetivismo ou psicologismo, essa é apenas uma impressão momentânea, porquanto superada por leitura mais cuidadosa. O critério do temperamento aparece como componente de um complexo quadro de referências com o qual James, fenomenologicamente amparado, julga a natureza da atividade filosófica à luz da própria natureza do ser humano. É partindo da análise pragmática do temperamento, cuja exigência fenomenológica é seu principal ponto de apoio, que se desdobra o critério da intimidade.

Como diz o próprio James, *“ansiamos, de modo semelhante, por nos sentirmos mais em casa e por contribuirmos com nossa melhoria”* (JAMES, 1909/1987, p.635). Uma maneira possível – e poética – de se compreender isso é recorrer àquela pintura romântica de que *“a filosofia é propriamente uma saudade de casa, um impulso para estar por toda parte em casa”* (NOVALIS, 1923, p. 21), em contraste, por exemplo, com a imagem de absurdidade ou alheamento radical do mundo expressa pela figura de *O Estrangeiro*, segundo filosofias existencialistas tais como a de Albert Camus. Como diz o próprio James em sua primeira conferência compilada em *Um Universo Pluralista [A Pluralistic Universe]*

Nenhuma filosofia pode jamais ser algo mais do que um esboço resumido, uma foto reduzida do mundo, uma visão panorâmica da perspectiva dos eventos. E a primeira coisa a notar é isso, que o único material à nossa disposição para tirar uma foto do mundo inteiro é provido pelas várias partes do mundo que já tivemos a oportunidade de conhecer. Podemos não inventar nenhuma forma de concepção, aplicável exclusivamente ao todo, e não sugerido originalmente pelas partes. Todos os filósofos, cada um a seu modo, conceberam o mundo de acordo com a analogia de alguma de suas características que chamaram em especial sua atenção (JAMES, 1987, p. 633).

Se for possível resumir a uma estrutura formal tais critérios, a ideia central é a seguinte: (i) todo homem busca conviver intimamente com um mundo que lhe faça sentido; (ii) as visões de mundo, ou seja, as filosofias em geral, são expressões dessa intimidade; (iii) por fim, o temperamento de um homem é o que determina o caráter dessa convivência e, conseqüentemente, o caráter de sua filosofia. E o interessante aqui é que tais critérios são deduzidos fenomenologicamente da própria investigação da experiência da natureza humana. Como diz David Lamberth, *“apesar da ampla divergência das visões filosóficas, para James toda filosofia pode ser vista como similar em sua referência à experiência humana real e, em última instância, aos interesses humanos”* (LAMBERTH, 2010, p. 300).

O temperamento e a intimidade se constituem como dois critérios centrais a partir dos quais James analisará os tipos de pensamento filosóficos e os grandes dilemas históricos em filosofia. São critérios que, em um primeiro momento, funcionam como diferenciadores de tipos de filosofias e, no entanto, também são

critérios operacionais relacionados às exigências e aos compromissos filosóficos do próprio empirismo radical. *“O que se precisa é uma filosofia que não somente exercite os poderes de abstração intelectual, mas que estabeleça alguma conexão positiva com o mundo real de vidas humanas finitas”* (JAMES, 1907, p. 495). Tais exigências não são senão exigências de caráter puramente fenomenológico, como diz Lamberth, identificáveis por suas características puramente sensoriais e concretas no âmbito do desenvolvimento da sua noção de experiência pura e que cumprem com o principal objetivo metodológico do pragmatismo de James: *“desenvolver um empirismo radical – uma filosofia que exclua tudo que não podemos experimentar, mas de modo mais importante, inclua tudo aquilo que de fato experienciamos.”* E, mais adiante, *“[...] a intimidade como critério, portanto, exige uma filosofia que seja ao mesmo tempo fenomenológica e metafisicamente responsiva à experiência”* (LAMBERTH, 2010, p. 306).

2. Empirismo radical como uma filosofia intimista

O empirismo radical é o componente epistemológico de uma metafísica pluralista e corresponde às exigências e ao comprometimento de William James em estabelecer uma filosofia intimista, espiritualista, em lugar de uma visão de mundo em que o homem não vive como se estivesse em uma relação direta com a realidade. *“Não exigir relações íntimas com o universo e não desejá-las com grande satisfação deveriam ser sinais de que alguma coisa está errada”* (JAMES, 1987, p. 645). Noutras palavras: a filosofia pluralista – e, com ela, o empirismo radical – é a versão de James da filosofia, a qual pretende superar os grandes sistemas filosóficos como dualismo, idealismo, monismo, materialismo, etc., não obstante o contraste direto se dê com a filosofia panteísta do absoluto (Hegel, Royce, Green, Taggart, Bradley). Como diz o próprio James: *“Tanto o empirismo – radical – como o absolutismo (idealismo) trazem o filósofo para dentro e tornam o homem íntimo, porém o primeiro sendo pluralista e o segundo monista, eles fazem isso de modos diferentes”* (JAMES, 1987, p. 646).

Portanto, há uma dupla exigência: o empirismo radical – ou pluralismo – responde, pragmaticamente, tanto às exigências fenomenológicas como às exigências metafísicas. Pode-se dizer ainda que o empirismo radical responde às exigências epistemológicas – fenomenológicas – enquanto o pluralismo seria a versão – ou expressão – metafísica dessa exigência. Essa distinção não deve parecer absurda e se justifica à luz da leitura do prefácio de *O Significado da Verdade* [*The Meaning of Truth*], onde James apresenta o empirismo radical sob a perspectiva de uma teoria pragmática da verdade. *“Parece-me”,* diz ele, *“que o estabelecimento da teoria pragmatista da verdade é um passo de importância capital para fazer o empirismo radical prevalecer.”* Sem entrar em detalhes, eis a conclusão de James:

As partes da experiência se entrelaçam passo a passo por relações que, em si, são partes da experiência. O universo apreendido diretamente não necessita, em suma, de apoio conectivo ultramépico externo, mas possui em seu próprio direito uma estrutura contínua ou concatenada (JAMES, 1987, p. 826).

É à luz dessa perspectiva filosófica, do seu realismo direto, que a investigação da consciência cumpre um papel epistemológico fundamental na configuração dada por James à sua filosofia.

Conclusão

Uma das grandes e instigantes contribuições de William James para a epistemologia contemporânea – contribuição, aliás, que muitas vezes parece insistir em permanecer esquecida – é sua longa batalha contra toda forma de reducionismo e, sobretudo, de dualismo, este tipicamente cartesiano e, por isso mesmo, tipicamente moderno, entre mente e matéria, sujeito e objeto, consciência e realidade etc. Dualidade que o próprio James adotou como um princípio de orientação metodológica em seus *Princípios de Psicologia* [*Principles of Psychology*] (1890) ainda no início da carreira filosófica.

No entanto, é preciso tomar certo cuidado com algumas armadilhas reducionistas e não incorrer no erro de ler James como um filósofo naturalista-positivista no sentido de ter naturalizado – ou aberto um caminho à naturalização – a consciência, tomando-a simplesmente como uma função biológica do cérebro (FLANAGAN, 2010, p. 44). A superação do dualismo proposto por James pode conduzir a algumas leituras apressadas e interpretações do tipo naturalistas da consciência, certamente resquício da metodologia empregada ainda nos *Principles* (JAMES, 1890, p.5). Por naturalista, grosso modo, compreende-se aqui a visão positivista do tipo materialista aos quais os eventos mentais são concebidos como sendo *numericamente* idênticos e totalmente redutíveis aos eventos cerebrais, ou seja, que a mente é *idêntica* ao cérebro e que o acesso – e, em consequência, a única forma de compreensão – a realidade mental caberia tão somente à investigação científica, como se a superação do dualismo conduzisse, necessariamente, a uma teoria da identidade do tipo exclusivamente materialista-naturalista.

A concepção de James a respeito da consciência resiste a qualquer tipo de naturalização desse tipo, e mesmo seu funcionalismo não deve dar suporte, e.g., a uma leitura materialista no âmbito de uma neurofisiologia. E isso se justifica, precisamente, por não haver no empirismo radical nenhum suporte possível para esse tipo de redução. Afinal, qualquer redução a qualquer forma de monismo – seja ele materialista, idealista ou neutro – inscreve-se numa predisposição absolutista da realidade; na contramão, conseqüentemente, das caracterizações e exigências fundamentais da filosofia do empirismo radical, na qual se configura propriamente como uma metafísica *pluralista* resistente a qualquer forma de reducionismo do tipo monista.

Não existe estofo geral do qual a experiência seja constituída. Existem tantas estofas quantas naturezas nas coisas experienciadas [...] não parece existir nenhum elemento universal do qual todas as coisas sejam feitas. Ou ainda “Aquele que toma como hipótese a noção de que o pluralismo é a forma permanente do mundo é o que eu chamo de empirismo radical. Não há nenhum ponto de vista possível a partir do qual o mundo possa aparecer como um fato absolutamente único (JAMES, 1987, p. 14).

A tese central de William James a respeito da consciência, expressa com simplicidade e precisão cirúrgica, é a seguinte: a consciência não existe enquanto entidade metafísica. Não há uma “coisa” substancial, *res cogitans*, a que se possa chamar “consciência”! Não existe um “eu pensante” – cartesiana ou kantianamente falando – e, do outro lado, fora do *eu*, uma “coisa pensada”. O que é que existe, então? Existe uma *função de conhecer* na experiência pura desempenhada pelos pensamentos, e a essa função cognitiva se dá o nome de “consciência”. O resultado

pragmático dessa tese responde aos critérios intimistas do empirismo radical aos quais James está comprometido: a consciência não é um dos polos da experiência do conhecimento enquanto o objeto, alheio ao sujeito, é o outro. A consciência se constitui fundamentalmente como a própria experiência da relação participativa do sujeito-objeto. Essa relação participativa se configura como um componente epistemológico fundamental no interior do arcabouço metafísico do empirismo desenhado por James. A tese de que a consciência não existe como substância depende de um pressuposto filosófico mais radical:

[...] o conhecer pode facilmente ser explicado como uma espécie particular de relação mútua entre estofos, relação esta em que partes da experiência pura podem entrar. A própria relação é uma parte da experiência pura; um de seus termos torna-se o sujeito ou portador do conhecimento, o que conhece; o outro se torna o objeto conhecido (JAMES, 1987, p.1142)

O tiro certo de James é identificar a *consciência* como a própria realidade participativa da experiência pura, realidade que desempenha o papel funcional de conhecer. “*Quem quer que retire a noção de ‘consciência’ de sua lista de primeiros princípios deve, contudo, providenciar, de alguma maneira, para que aquele ser da função continue*” (JAMES, 1987, p. 1142). Ou seja, não se trata de um capricho positivista naturalista de negar o estatuto epistemológico da consciência relegando – ou exilando – sua realidade a um segundo plano, como um subproduto ou epifenômeno dos processos cerebrais. A consciência desempenha uma função necessária no mundo da experiência pura, ela explica o fato de que as coisas também são *conhecidas*. O filósofo anglo-germano Eric Voegelin faz uma avaliação interessante a respeito da importância da concepção da consciência formulada por William James:

O estudo de James sobre essa questão, “Does ‘Consciousness’ Exist?” [A “consciência” existe?] (1904) pareceu-me então, e ainda me parece, ser um dos documentos filosóficos mais importantes do século XX. Ao desenvolver seu conceito de experiência pura, James identificou de modo certo a realidade da consciência da participação, pois o que ele chama de experiência pura é aquilo que pode ser situado no contexto seja do fluxo de consciência do sujeito, seja dos objetos do mundo exterior. Nesse *insight* fundamental, a experiência é o que está entre o sujeito e o objeto de participação (VOEGELIN, 2008, p. 114).

De qualquer maneira, para finalizar, se todo homem busca conviver com um mundo que lhe faça sentido, e se essa seria, em última instância, a grande preocupação filosófica de James, a *forma-mundo*, sua estrutura mais íntima deve ser tal que corresponda aos anseios de uma relação. A *função*, ou melhor, o estatuto epistemológico da consciência seria a de coincidir nosso drama com o drama do todo, não obstante o todo, para James, tenha uma forma pulverizada e esteja comprometido com uma filosofia que ele mesmo chamou de “filosofia da identidade [*Identitätsphilosophie*] codiminuta” (WILSHIRE, 1997, p. 135). A função que cumpre à consciência no âmbito dessa relação, ou melhor, dessa filosofia pluralista da identidade é o tema da nossa proposta de pesquisa.

* * *

Referências

Fontes

JAMES, William. *Writings of W. James* – Vol. 1 (1878-1899); Vol. 2 (1902-1910). New York; The Library of America, 1987-1992.

JAMES, William. *Pragmatismo* - Textos Selecionados in Coleção Os Pensadores - 1ª Edição. São Paulo, Abril Cultural, 1974.

JAMES, William. *The Principles of Psychology*. – (3 Vols.). Cambridge: Harvard University Press, 1981.

Comentadores

COOPER, Wesley E. *The Unity of William James's Thought*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2002.

FLANAGAN, Owen. A consciência vista por um pragmatista. In. *William James*, Putnam, R. (Org.) São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

LAMBERTH, David C. Interpretando o universo Segundo uma analogia social: Intimidade, pansiquismo e um deus finito em um universo pluralista. In. *William James*, Putnam, R. (Org.) São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

_____. *Metaphysics, Experience and Religion in William James's Thought*. New York: Cambridge University Press, 1999.

NOVALIS. *Schriften* (Escritos). Org. J.Minor, Jena, 1923.

PUTNAM, Ruth Anna (ed.). *The Cambridge Companion of William James*. Cambridge at UP, 1997.

VOEGELIN, E. *Reflexões autobiográficas*. São Paulo: É-realizações, 2008.

WILSHIRE, Bruce. A surpreendente intimidade do mundo material: Os últimos pensamentos de William James. In. *William James*, Putnam, R. (Org.) São Paulo: Ideias & Letras, 2010.